2016

Servidores lançam campanha unificada

Página 2

COLAPSO

Ações contra Geap se multiplicam

Página 3

Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Mato Grosso

ANO IX - Nº 99
Cuiabá - Março de 2016

O COMPROMISSO

Acesse: *www.sindsepmt.org.br*

FILIADO À SINDSEP-MT CUT BRASIL CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES CONDSEF

FÓRMULA 85/95

Servidores contra a ameaça da reforma previdenciária

A reforma só interessa aos bancos, que querem privatizar todo o sistema aumentado seus lucros e quem perde são os aposentados

Sob a alegação de corrigir distorções, reduzir despesas e assegurar a sustentabilidade do FAT e da Previdência Social, no dia 29 de dezembro de 2014, o governo brasileiro anunciou medidas duras e restritivas de direitos que atingem fortemente os trabalhadores. Tais medidas foram impostas autoritariamente, sem qualquer diálogo com a sociedade, por meio de Medidas Provisórias (nº 664 e nº 665) que tazem mudanças profundas na pensão por morte, auxílio-doença, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão, abono salarial, seguro-desemprego e seguro-defeso.

Em sessão no Senado presidida por Paulo Paim (PT-RS), com plenário lotado de trabalhadores ativos e aposentados, foi exigida que não seja efetivada a reforma na Previdência, em concordância de Paim, que criticou a reforma que está sendo encaminhada ao Congresso pela presidência da República.

Paim fez ainda um discurso em que apontou a necessidade de recompensar os aposentados com uma política pública de efetiva proteção social como está na Constituição.

"O projeto que nós já aprovamos aqui no Senado e está na Câmara diz, sim, que o aposentado tem que voltar a receber o número de salários mínimos que ele recebia na época em que se aposentou", disse o senador.

Segundo Paim, que se posicionou radicalmente contrário à proposta do governo, os problemas do sistema previdenciário brasileiro são as sonegações, "a roubalheira" e a inadimplência.

"A quem interessa a mentira, e eu desafio qualquer um a fazer esse debate comigo; do rombo das contas da seguridade? Não existe! Por favor", protestou o senador.

O Fórum de Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) que se reuniu no final de fevereiro, também entrou na briga e participa no dia 8 de março, de uma ação para denunciar junto aos trabalhadores os ataques do governo, principalmente às mulheres, no que se refere à contrarreforma da Previdência Social.

A construção da unidade entre os federais é permanente e deve se fortalecer sempre mais para ser capaz de fazer frente a tentativas de ataques a direitos e também a defesa de avanços importantes para garantir servidores valorizados e serviços públicos de qualidade para todos. Para isso, o Fórum vai continuar se organizando e definido as prioridades que devem mobilizar os federais.

RECOMEÇO

Servidores lançam campanha unificada

Fonasef debate calendário e elege pautas que devem nortear a luta da categoria este ano, entre elas, o lançamento da campanha unificada marcada para o dia 16 deste mês

Representantes do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasef) promoveram debates em torno de um calendário de atividades e elegeram temas que devem nortear a luta da categoria ao longo desse ano. Desse encontro ficou estabelecida uma data de lançamento para a campanha unificada 2016 com um ato no dia 16 de março. Muitos dos eixos que permearam as campanhas salariais de anos anteriores vão continuar sendo defendidos. Destaque para a luta por uma política salarial permanente para o serviço público e o estabelecimento de uma data-base em 1º de maio. As defesas do direito irrestrito de greve e da regulamentação da negociação coletiva no setor público também estão entre as prioridades, bem como a luta constante pelo reconhecimento à paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Também seguem entre os eixos reivindicatórios dos federais a busca pela isonomia de todos os benefícios entre os Três Poderes, além da isonomia salarial e a incorporação das gratificações produtivistas. Ainda na lista de prioridades está acompanhar no Congresso Nacional a defesa da aprovação de projetos importantes para o setor público e derrubada daqueles considerados prejudiciais. No campo previdenciário, o fórum dos federais também se posiciona contrário a novas tentativas de reforma da Previdência. Além disso, segue ainda a luta pela anulação da reforma promovida em 2003 e que retirou diversos direitos adquiridos dos trabalhadores públicos e da iniciativa privada.

Foram levantados temas que devem ser tratados em seminários que o Fonasef pretende organizar. Assuntos que devem dar rumo a organização e gestão administrativa e as transformações e desafios que os serviços públicos devem encarar nos próximos anos. Formas de precarização do trabalho; a natureza do Estado e serviços públicos envolvendo União, estados e municípios; plano de saúde e fundo de previdência (Funpresp); crise ambiental e ataques ao licenciamento; acessibilidade; Lei de Responsabilidade Fiscal; auditoria da Dívida Pública são temas que devem ser aprofundados em debates com especialistas.

Também entre os temas para discussão e aprofundamento estão reforma política; direitos dos povos indígenas e quilombolas; fim do superávit primário, correção da tabela do Imposto de Renda; modalidades de trabalho remoto e outros. O objetivo é transformar os encontros do fórum em reuniões quinzenais. Outra proposta é que o Fonasef desenvolva atividades mensais para chamar atenção sobre essas pautas urgentes para a categoria.

Mais atividades – Já aprovada está a participação unificada dos federais em atos que acontecem em Brasília no dia 14 de abril e 1º de maio, integrados com outras categorias e movimentos da sociedade civil organizada. O Fonasef também participa no dia 8 de março de uma ação para denunciar junto aos trabalhadores e trabalhadoras os ataques do governo, principalmente às mulheres, no que se refere à contrarreforma da Previdência Social.

A construção da unidade entre os federais é permanente e deve se fortalecer sempre mais para ser capaz de fazer frente a tentativas de ataques a direitos e também a defesa de avanços importantes para garantir servidores valorizados e serviços públicos de qualidade para todos. Para isso, o fórum vai continuar se organizando e definido as prioridades que devem mobilizar os federais.

Também nessa lista está a luta pelo cumprimento dos acordos assinados, a aprovação da PEC 555/06 que extingue cobrança previdenciária dos aposentados, a aprovação da PEC 56/14 que trata da aposentadoria por invalidez, a incorporação da luta contra o fim do abono permanência (PEC 139/15), denúncia da criminalização das lutas e da lei antiterrorismo, o fim da terceirização e toda forma de privatização e precarização dos serviços públicos, a defesa da criação de novas vagas para concurso pelo Regime Jurídico Único (RJU). Essa lista, assim como a luta dos servidores federais, não deve parar de crescer até que seja efetivamente conquistado um serviço público que atenda as necessidades do Brasil e os direitos de todo cidadão.

(por Condsef)

Servidor federal continua sofrendo arrocho por parte do governo federal

Direção do Sindsep agradece felicitações pelo aniversário

Fotos: Mário Hashimoto

A Diretoria do Sindsep-MT agradece a tod@s pessoas que enviaram mensagens de felicitações pela passagem de mais um aniversário comemorado no dia 22 de fevereiro, completando 26 anos de lutas. Criado com a missão de defender os direitos e interesses dos servidores federais, como retrata bem as imagens acima, o seu sindicato, junto com trabalhadores, lutam contra as ingerências do Executivo e por melhores condições de trabalho com suor e dignidade. Parabéns a nós!

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: sindsepmt@gmail.com
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA: CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA - PRESIDENTE - FUNASA; ROOSEVEL MOTTA - VICE-PRESIDENTE - INCRA; DAMÁSIO DE SOUZA PEREIRA - 1º SEC GERAL - CGU; BENEDITO MARINS DE ANDRADE - 2º SEC GERAL - MIN.SAÚDE; GILDÁSIO FERREIRA GOMES - 1º SEC DE FINANÇA - SRTE; LENITA DE FIGUEREDO - 2º SEC. DE FINANÇA - FUNASA; ENILDO GOMES - 1º SEC. DE ADM - FUNAI; FRANCISCO ROBERTO DIAS NETO - 2º SEC. DE ADM. - INCRA; ZILMA APARECIDA GONÇALVES - 1º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD. - MIN.SAÚDE; JOSENICE AUXILIADORA TAVARES SIQUEIRA - 2º SEC. DE ASSUNTOS JURÍD - MAPA; MARINÉZIO SOARES DE MAGALHAES - 1º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FAZENDA; LURDES FERNANDES ROSA - 2º SEC. DE FORM. E POL. SIND - FUNASA; BENEDITO ASSIS DA SILVA - 1º SEC. INTERIOR - SV/S/CÁCERES; IDIVALDO BERNARDES DE OLIVEIRA - 2º SEC. INTERIOR - PRF; JOAO DAVID - 1º SEC. DE IMP. E COM. - MIN.SAÚDE; FRANCISCO LOPES FILHO - 2º SEC. DE IMP. E COM. - FUNASA; IZAEL SANTANA DA SILVA - 1º SEC. APÓS. E PENSION. - TRANSPORTE; ZELAIRDES RODRIGUES LEITE - 2º SEC. APÓS. E PENSION. - FUNAI; JOÃO DE DEUS DA SILVA FILHO - 1º SEC. SAÚDE DO TRAB. - SVS/SINOP; ADÉLIO DA SILVA JÚNIOR - 2º SEC. SAÚDE DO TRAB. - MIN.SAÚDE; JOACIRA S. RODRIGUES DE ALMEIDA - 1º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - CONAB; JACKSON FERREIRA DA SILVA -2º SEC. ANIST. E DEMITIDOS - INCRA; ELIETE DOMINGOS DA COSTA - 1º SEC. DE CULTURA - SRTE; HERONILDES FRANCISCO VIEIRA - 2º SEC. DE CULTURA - 9º BEC
SUPLENTES DE DIREÇÃO: MANOEL MARTINS - MIN.SAÚDE; JOSÉ MARIA DILVA E ARRUDA - MIN.SAÚDE; PEDRO PAULO LOPES - MIN.SAÚDE; CELSO ALFREDO SIMON - MIN.SAÚDE; ADERBAL CASTRO QUEIROZ - 9º BEC; NELSO FORTUNATO OJEDA - MAPA
CONSELHO FISCAL/TITULAR: VERACY TIZZIANI - MIN.SAÚDE; IDIO NEMÉZIO DE BARROS NETO - FUNASA; ILCA MARIA PINTO - CONAB
SUPLENTES DE CONSELHO FISCAL: GEOVANO SANTOS MOREIRA - MIN.SAÚDE; MOACIR MÓDULO - MIN.SAÚDE; BENEDITO MARTINS DE OLIVEIRA - MIN.SAÚDE

Foto: Agência Senado/Flickr

Luis Carlos Neves, diretor da Geap garantiu que não há rombo, mas segundo segurados, há controvérsia.

Ações contra aumento da Geap se multiplicam

Entidades entraram com ações questionando acréscimo abusivo. Anasps já conseguiu redução

O desembargador Jirair Aram Meguerian, do Tribunal Regional Federal (TRF1), acatou parcialmente o pedido da Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (Anasps) e reduziu o reajuste anunciado pela Geap Autogestão em Saúde, principal operadora do plano de saúde dos funcionários públicos federais, de 37,55% para 20%, assegurando reajuste de inflação médica indicada pela Agência Nacional de Saúde (ANS) para o ano de 2016. Com isso, o incremento esperado pela operada de R$ 13,3 milhões mensais, caiu para R$ 8,3 milhões, salientando que somente associados à Anasps que entraram com ação no TRF pagarão percentual menor.

Também o Sindicato Nacional dos Servidores do Plano Especial de Cargos da Polícia Federal (SinpecPF) ingressou com ação judicial (com pedido de antecipação de tutela) visando suspender o reajuste das mensalidades dos planos ofertados pela GEAP – Autogestão em Saúde. A medida é coletiva e, caso acatada pelo Poder Judiciário, produzirá efeitos para todos os sindicalizados.

Segundo o sindicato, os beneficiários da Geap estão tendo de arcar sozinhos com os encargos do desiquilíbrio financeiro causado pelas más administrações recentes da operadora de saúde. Seguidos rombos fiscais abalaram a credibilidade da GEAP e acarretaram sensível diminuição da rede credenciada do plano. Em paralelo, a União se omitiu da obrigação legal de fiscalizar as contas da entidade, permitindo que a situação se agravasse ao longo do tempo.

A Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) também entrou com processo contra a Geap para que o reajuste seja suspenso e a lista de descontentes tende a aumentar.

SEM ROMBO - Por outro lado, Luís Carlos Saraiva Neves, diretor executivo da Geap, explicou ao assumir, em 2012, encontrou passivo superior a R$ 500 milhões, mais de 300 milhões de ações judiciais e multas de R$ 50 milhões da ANS. Ele garantiu também, que a Geap não tem rombo algum. Tem apenas que cumprir meta estipulada pela ANS.

Para a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), embora a Geap seja um plano de saúde de auto-gestão, para atender os segurados, os servidores têm menos assentos na gestão do plano do que a administração. Recomenda também que sindicatos filiados ingressem judicialmente requerendo a suspensão do aumento, pois são legítimos para representarem diretamente seus filiados contra o aumento imposto pela operadora.

A Condsef não faz parte do Conselho Administrativo do plano de saúde, só os órgãos fundadores, mas mesmo assim o Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) em sua reunião no mês passado, determinou uma consulta à assessoria jurídica da Condsef sobre o ingresso de uma Ação Civil Pública referente ao reajuste considerado abusivo.

Dilma, a soberania do Brasil não se negocia!

A relação entre a presidente Dilma Rousseff com senadores do PT ficou ainda mais complicada após a votação do pré-sal na quarta-feira, 24 do mês passado. Os petistas acreditavam que tinham o apoio do governo para derrubar o projeto do senador José Serra (PSDB-SP), mas ao fazer "jogo duplo", sentiram-se traídos, pois ao mesmo tempo em que Dilma estimulava a brigar contra o projeto, nos bastidores ela negociava diretamente com a oposição o texto aprovado em plenário. Pior. Na votação do projeto que tipifica o crime de terrorismo no país, o governo negociou diretamente com o relator, outro tucano, Aloysio Nunes Ferreira.

Os petistas não sabiam que o acordo em torno do projeto do pré-sal já havia sido fechado diretamente com a presidente Dilma Rousseff há mais de uma semana. "Na segunda-feira (15) eu estive com a presidente Dilma e fechamos um acordo para o texto. A emenda que incluiu o Conselho de Política Energética foi acertada diretamente com ela", contou o líder do PMDB no Senado, Eunício Oliveira (CE).

O que a presidente ainda não percebeu, ou não quer perceber, é que se não fosse a militância de esquerda e os movimentos progressistas, ela já teria sido deposta do cargo, pela mídia, pelos conservadores, fascistas e por uma parcela da população apelidada de "coxinha". Percebe-se nitidamente que os movimentos sociais e sindicais já não a defender com tanto ardor, às vezes a criticam abertamente, pois sua postura ultimamente não condiz com a pessoa que foi eleita democraticamente e com passado de luta contra a ditadura militar.

Em suma , Dilma, com a sua ineficiência política, com o seu ostracismo econômico e com a sua insuficiente atuação social, não merece todos os sacrifícios que a militância de seu partido voluntariamente se propõe a fazer. Independente de partidos, o que está em jogo é a soberania da nação e isso não é negociável!

Seminários sobre organização sindical e planos de autogestão

As reuniões da Direção Nacional (DN) e do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE) da Condsef, que aconteceram nos dias 18 e 19 de fevereiro, referendaram um calendário de atividades para os próximos meses. Entidades de 19 estados (MT, SC, RJ, GO, MS, RS, PE, TO, SE, CE, MG, AM, RO, PA, PI, BA, PR, SP, PB) e o Distrito Federal participaram das reuniões. Entre as resoluções está a promoção de seminários para debater em profundidade temas como organização sindical e planos de saúde de autogestão. Essas atividades estão sem data definida, mas acontecem ainda este semestre. No bojo da discussão sobre planos de autogestão, o CDE também determinou uma consulta à assessoria jurídica da Condsef sobre o ingresso de uma Ação Civil Pública referente ao reajuste considerado abusivo proposto pela Geap.

Ainda no campo dos planos de autogestão, foi aprovada também a participação da Condsef e suas filiadas no processo eleitoral da Capesesp que vai acontecer em maio deste ano. Uma comissão já foi constituída para discutir o processo. No seminário sobre organização sindical a Condsef também debate as solicitações que vem recebendo de entidades interessadas em se filiar. O CDE deve tomar uma decisão a respeito desses pedidos após os debates que esse seminário vai possibilitar. (com Condsef)

Por unanimidade, bancários do Estado elegem nova diretoria

Pela primeira vez, em 60 anos de história, os bancários de Mato Grosso elegeram a nova Direção do Sindicato dos Bancários de Mato Grosso (SEEB/MT), por aclamação. A eleição, prevista no Estatuto do Sindicato, só foi possível devido a inscrição de uma única chapa para disputar o pleito eleitoral.

As Assembleias Gerais Extraordinárias, realizadas no dia 24/02, ocorreram simultaneamente, em quatro regiões: Baixada Cuiabana, Oeste, Médio Norte e Norte, conforme Edital de Convocação publicado pela Comissão Eleitoral, no Diário Oficial e no Diário de Cuiabá, no dia 02 de fevereiro. Nas quatro Assembleias a resposta da categoria a chapa "Nós Bancários" foi eleita por unanimidade, tendo como novo presidente, o trabalhador do banco Santander, Clodoaldo Barbosa.

Para o ex-presidente do Sindicato, José Maria Guerra, o processo eleitoral foi democrático e equânime. "O processo eleitoral seguiu rigorosamente o Estatuto do Sindicato. É um processo importante, e o fato de ser chapa única reflete a confiança dos bancários na atual direção do Sindicato e nos faz mais fortes para prosseguir na luta pela organização da categoria, pela melhoria nas condições de trabalho", destacou. (com assessoria)

Governo de Pedro Taques coloca o ensino de MT no atoleiro

As escolas da rede estadual iniciam o ano letivo sem professores, com falta de recursos para aquisição de materiais e para a realização de pequenos reparos nas unidades. Mas, entre as graves situações registradas pelo Sintep-MT está também a falta de carteira para que os estudantes desenvolvam as atividades pedagógicas.

Podemos comparar o início do ano letivo na rede estadual de Mato Grosso a um carro no atoleiro, que tenta avançar aos trancos e barrancos sem desenvolver velocidade", descreve o secretário de comunicação do Sintep-MT, Gilmar Soares.

Segundo Gilmar Soares, que também é presidente da subsede do Sintep Várzea Grande, o tumulto registrado nas salas das assessorias pedagógicas é "deprimente". Para além da confusão física está, segundo Soares, um processo que fugiu das regras da transparência. "Ao contrário do que anunciou a Secretaria de Educação, o modelo que viria dar transparência ao processo, na verdade possibilitou a desarticulação de quadros inteiros nas escolas".

O Governo registra na mídia posições favoráveis de algumas unidades sobre o novo processo de atribuição. Porém, o Sintep-MT aponta que em nenhum momento foi divulgado o número de recursos impetrados por equívocos cometidos com a nova prática. "Se isso fosse feito iria constatar o desastre que foi a atribuição de cargos e aulas. (com assessoria)

ARTIGO

Preservar direitos: o desafio do movimento sindical em 2016

Principal desafio do movimento sindical será evitar retrocessos nos direitos sociais e previdenciários dos trabalhadores. Não podemos permitir que, em nome do combate à grave recessão econômica e à crise política, governo, Parlamento e empresários transfiram o custo para os trabalhadores. E para isto, a unidade de ação das centrais é fundamental.

Antônio Augusto de Queiroz*

Passado o Carnaval, as instituições políticas e administrativas voltaram a funcionar plenamente, com o mercado, o governo e o Congresso propondo soluções para as crises política e econômica que assolam o País.

Em grande medida, as propostas em debate, tanto na mídia – que representa os interesses do mercado – quanto no Congresso e no governo passam, de um lado, por novos arranjos no papel do Estado na economia, e, de outro, por ajustes nas contas públicas e cortes de direitos e benefícios sociais.

As propostas apresentadas, inclusive no Congresso e no governo, passam pela redução do papel do Estado, pela privatização de empresas estatais, pela retirada da proteção à empresa nacional e, sobretudo, pelo corte de direito de trabalhadores, de aposentados e servidores públicos.

Ou seja, escolheram o desmonte do parque produtivo estatal e os direitos dos assalariados como variável de ajuste. Até o governo da presidente Dilma, que foi eleito com um discurso contra a privatização e pela manutenção dos direitos, parece ter capitulado. Confirma essa tendência, a decisão de privatizar a Companhia de Energia de Goiás (Celg) e de promover nova reforma na previdência, após os cortes de direitos nas pensões, no seguro desemprego e nas pensões.

O mais grave, entretanto, é que o governo propõe claramente que "para controlar o gasto obrigatório é necessário reformar a Previdência, controlar o gasto com pessoal e adotar um limite global para o gasto público da União". O limite global do gasto público seria feito mediante gatilho que, atingido determinado patamar de despesa frente ao PIB, dispararia e teria o condão de suspender até o aumento real do salário mínimo. E tudo isso, sem fazer nenhuma menção ao aumento da dívida pública, que cresceu em R$ 600 bilhões somente em 2015, sendo mais de metade disso decorrente de juros.

Para enfrentar esse cenário, o movimento sindical, em geral, e as centrais sindicais, em particular, precisam priorizar a unidade de ação, deixando em segundo plano a disputa por base, especialmente agora que já houve a aferição para efeito da representação das entidades sindical.

A prioridade absoluta, no trabalho no campo institucional, deve consistir essencialmente na resistência às investidas em bases neoliberais, tanto no Congresso quanto no próprio Poder Executivo.

Apenas para ilustrar, na questão do papel do Estado, lembre-se a pauta do Senado, no âmbito da Agenda Brasil, que inclui, entre outros, projetos que propõem: 1) o desmonte das estatais; 2) o fim da Petrobras como operadora única do pré-sal; 3) a substituição do regime de partilha pelo de licitação na exploração de petróleo; e 4) a autonomia do Banco Central.

No campo das relações de trabalho, a situação é igualmente preocupante. O projeto de terceirização deve ser votado este semestre no Senado e na Câmara voltou a tramitar o projeto da época de FHC sobre locação de mão-de-obra, além da pressão para deliberação sobre os projetos de flexibilização da CLT, Simples Trabalhista, trabalho intermitente, entre outros.

Até o projeto sobre estabilidade do dirigente sindical, de autoria do senador Paim, que se imaginava que não fosse ter problemas na Câmara, porque não representa maiores custos para as empresas e apenas regulamenta a Constituição, recebeu parecer contrário do relator na Comissão de Trabalho, deputado Laércio Oliveira (SD-SE).

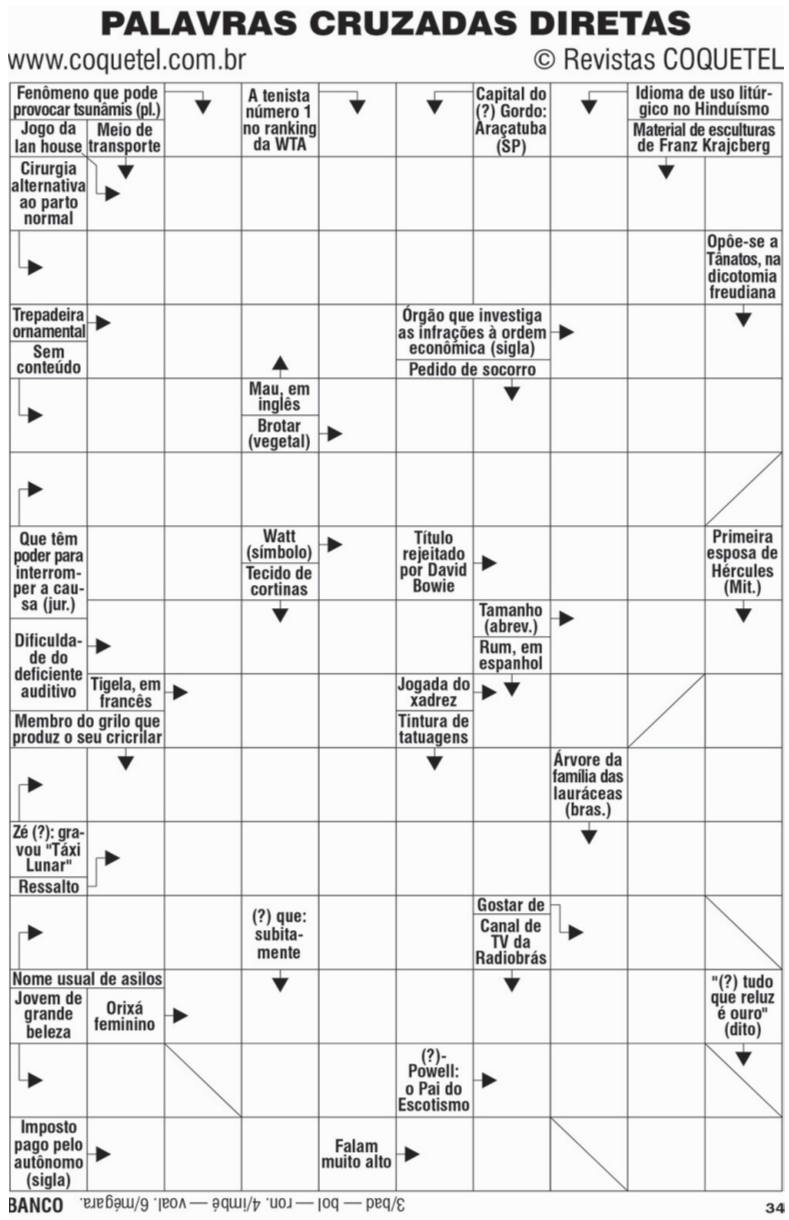
Portanto, neste ano de 2016, o principal desafio do movimento sindical será evitar retrocessos nos direitos sociais e previdenciários dos trabalhadores. Não podemos permitir que, em nome do combate à grave recessão econômica e à crise política, governo, Parlamento e empresários transfiram o custo para os trabalhadores. E para isto, a unidade de ação das centrais é fundamental.

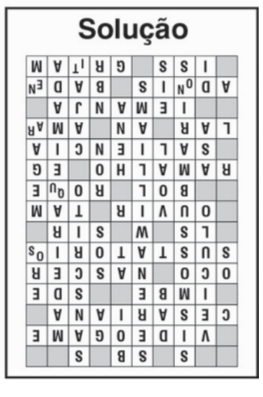
(*) Jornalista, analista político e diretor de Documentação do Diap

NOME	DIA
AIRTON HIPOLITO SAMPATI	20
ALEXANDRE PEREIRA FOLES	28
ANA LUCIA DA SILVA	27
ANTONIA DA SILVA	09
ANTONIO BEZERRA SAMPAIO	12
ANTONIO JOSE DE LIRA	02
ANTONIO LIMA DA MOTA	01
ARISTIDES MESSA DO AMARAL	04
ARNO ROQUE SELLE	25
BALBINA CARVALHO DO ESPIRITO SANTO	03
BENEDITA DA SILVA GUALBERTO	07
BENEDITO BRAULINO DE MIRANDA	06
BENEDITO CRISTINO DE SAMPAIO	24
BENEDITO PATRICIO DE ARRUDA	17
BENTO GONÇALVES DE ALMEIDA	21
CANDIDO ALVES MOREIRA	11
CESARIO LEITE DE ANUNCIACAO	24
CICERO FERREIRA DA SILVA	25
DANIELLA MARTINS CAVALCANTE DIAS	18
EDMILSON CLAUDIO PAES DE CARVALHO	09
EDNA GOMES DA SILVA	28
EGIDIO JOEL ENGSTER	30
ELIETE JULIA SALA SANTIN	22
ELIZA DA SILVA FELIX STROBEL	03
ELIZA MARIA DA SILVA MORAES	14
ELOISE MONTEIRO ANTUNES SILVA	07
ENI LUIZ COIMBRA	31
ENIR MARIA MARQUES DE MIRANDA	11
ERNESTO PARA	02
FRANCISCO ALVES BORGES	10
FRANCISCO GARCIA	08
GABRIEL ANGELO DA SILVA	18
GABRIEL DOS ANJOS	23
GERALDINO ALVES DE ABREU	05
GLEISON DOMINGOS DA SILVA	12
IZAQUE GUALBERTO DE ARRUDA	13
JEREMIAS MOREIRA DE ALMEIDA	28
JERONIMO DA SILVA MADUREIRA	25
JOACIRA SANTANA R. DE ALMEIDA	23
JOAO AQUINO DA COSTA	07
JOAO BATISTA RODRIGUES DE ALMEIDA	03
JOAO DE DEUS DA SILVA FILHO	10
JOAO ROQUE RIBEIRO	12
JOSE BENTO FERREIRA MENDES	20
JOSE CAMPOS DE RAMOS	22
JOSÉ CORREA SOBRINHO	05
JOSE FELISBERTO CUPUDUNEPA	19
JOSE OLIMPIO DA SILVA NETO	20
JOSE PETAN TOLEDO PIZZA	06
JUAREZ FALCAO DE BARROS	31
LAUDILENE A. R. DE PAIVA FRANCESCHINI	21
LAURENTINO DIAS MOURA	21
LÍDIA COELHO RODRIGUES	27
LUCIANO MARCIO GAZZANI	30
LUCILA NUNES DE VARGAS	17
LUCILO CABRAL DA SILVA	09
LUIZ CRISTINO FERREIRA	22
LUIZ VALTER MARQUES	11
LUIZA MACHADO DE MORAIS	24
LUZIA TEODORO DA SILVA	25
MAISA RIBEIRO DA FONSECA	03
MARIA CLEUNICE DA SILVA SOUZA	29
MARIA DO CARMO DA SILVA LEITE	16
MARIA INES CAVALLINI	26
MARIA JOSE DE CAMPOS RECHE	14
MARIA LOURDES DE SOUZA	31
MARIA NAIR DE ALMEIDA	10
MISUDY PIRES SIQUEIRA CAMPOS	02
MOACIR MODULO	27
MUCIO BATISTA RAMOS	24
NELSON LUIZ DA SILVA TORRES	05
NELSON VIEIRA DA SILVA	02
NERI SOUZA DUARTE	16
NEUILTON NERES DE OLIVEIRA	04
PATRICIO FERREIRA ORTIZ	17
PEDRO ALVES NETO	13
PEDRO LEITE DO NASCIMENTO	04
RENATA PERES SILVA	17
ROSINA DE ALMEIDA PAIVA	11
RUI BARBOSA FERREIRA DE SOUZA	07
SALVADOR FERREIRA DE MORAES	11
SEBASTIAO MENDES	01
SERGIO BALBINO FERREIRA	28
SERGIO DE CASTRO RECALDE	07
SILVIA CLÉIA FERREIRA	05
SILVIA MARIA SENISE	29
SOFIA PEREIRA DE SOUZA	30

PALAVRAS CRUZADAS DIRETAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL



BANCO 3/bad — bol — ron. 4/imbé — voal. 6/mégara. 34

Solução